

ATA N.º 2/2024 - DRG/SLT/IFSP

**ATA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE
CAMPUS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE SÃO PAULO – CAMPUS SALTO**

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se a quinquagésima segunda reunião ordinária do Conselho de Campus (CONCAM), de forma presencial, na sala C-110 do Campus Salto, com início às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos, sob a presidência de Edilson Aparecido Bueno, e com a **Presença dos Conselheiros**: Ailson Teixeira Marins, Fábio Alexandre Caravieri Modesto, Márcio Fernandes Maranhão, Maria Luiza Carpanezi dos Santos, Rodrigo Lucas de Oliveira, Solange Floriano Penteado Costa, Vânia Gomes. **Ausências justificadas**: Alissa Iegoroff de Almeida Torrijo, Carlos Alberto Melo Piazzentin, Tamires Campos de Oliveira, Seila Vasti Faria de Paiva. **Ausências injustificadas**: Thiago da Silva Bicalho, Marie Michelle Vieira Magri, Francisco Rosta Filho. O Presidente inicia com a solicitação de registro em áudio da reunião, para fins de redação da ata. Autorizado por unanimidade, a presidência dá início aos itens de pauta. **I. ORDEM DO DIA. a) Aprovação das datas das reuniões ordinárias CONCAM em 2025.** Relatoria: Edilson Aparecido Bueno. O presidente apresenta como proposta para programação das reuniões ordinárias do CONCAM/25 as seguintes datas: 19/03/2025, 21/05/2025, 17/09/2025 e 12/11/2025. Edilson informa que os dias foram pensados a fim de distribuir as reuniões entre os dois semestres e abre a palavra para manifestações e demais sugestões. Não houve manifestações. O presidente então dá início a votação, onde as datas apresentadas **foram aprovadas por unanimidade.** **II. Expediente. a) Apresentação das cartas abertas enviadas para a apreciação do CONCAM.** O presidente iniciou a reunião dando sequência ao expediente enviado na convocação, informando que, no mês de outubro, foram encaminhadas duas cartas abertas aos membros do Conselho. Ressaltou que ambos os documentos foram enviados previamente aos conselheiros para melhor apreciação, com o objetivo de agilizar e melhorar o debate sobre os temas tratados. Questionou aos membros se seria necessária a leitura integral dos documentos durante a reunião. Após manifestação unânime dos conselheiros, que dispensaram a leitura completa, o presidente fez a citação de trechos que considerou importantes de ambos os documentos. Sendo estes: Trecho da Carta 1 – Enviada em 18 de outubro de 2024, assinada pelos servidores Ricardo Zani e Cathia Alves: *“Diante de um adoecimento coletivo e plural entre os/as docentes e servidores em geral, esta carta destina-se a solicitarmos a não abertura de duas turmas do Curso Técnico em Informática para Internet integrado ao Ensino Médio (mantendo apenas uma turma para cada curso integrado ao Ensino Médio) para o próximo ano letivo de 2025, bem como nos próximos anos vindouros, além de quaisquer outros cursos de nível médio, caso os contextos de atuação docente permanecerem os mesmos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (ausência de códigos de vagas para contratações de docentes e técnico-administrativos, entre outras carências e fragilidades que se impõem ao serviço público federal).”*. Ao final da leitura do primeiro trecho, o presidente discorre que a decisão sobre o fechamento de turmas não é prerrogativa do CONCAM, uma vez que envolve a necessidade de estudos e amparo legal, além de estar vinculada a aspectos administrativos que não são da competência do conselho. Ele ainda destacou que o vestibular já ocorreu e está em sua fase final, o que torna inviável a discussão sobre o fechamento de turmas em 2025. O presidente então dá sequência a leitura de um trecho da Carta 2 – Enviada em 31 de outubro de 2024, assinada pelo servidor Amauri Amorim: *“Reconhecemos que a gestão da carga horária dos docentes e o equilíbrio entre Ensino, Pesquisa e Extensão representam desafios importantes e reais. Esses desafios exigem soluções criativas e uma gestão eficiente dos nossos recursos, mas reduzir a oferta de turmas nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, como a segunda turma de Informática para Internet, não é o caminho ideal. Limitar essas oportunidades comprometeria a formação dos nossos estudantes e enfraqueceria o papel do Campus Salto no desenvolvimento regional e na promoção do ensino público de qualidade.”*. Finalizada a leitura do trecho o presidente aponta que o segundo documento sugere o encaminhamento da questão ao PDI. O presidente explicou que os estudos dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) anteriores foram baseados na **Portaria MEC nº 983, de 18 de novembro de 2020**, que regulamentava a carga horária dos docentes. No entanto, essa regulamentação foi derrubada durante o movimento de greve, o que resultou na publicação de uma nova normativa, a **Portaria nº 750, de 30 de julho de 2024**, que estabelece diretrizes provisórias para a carga horária docente. O presidente esclareceu que, apesar de a portaria 750 estar em vigor de forma provisória, ela determina que as novas diretrizes para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, devem ser elaboradas por um Grupo de Trabalho (GT)

específico. Contudo, este GT ainda não concluiu os seus trabalhos, o que impede a implementação de uma regulamentação definitiva. O presidente encerra suas ponderações iniciais sobre o conteúdo e informa que foi feito o convite aos redatores da primeira carta para participar desta reunião, para que pudessem realizar a defesa e deliberações sobre o conteúdo apresentado. No entanto, a professora Cathia sinalizou que estaria em um compromisso externo e não poderia comparecer, enquanto o professor Zani não se manifestou sobre o convite. Dessa forma, o presidente finaliza sua fala inicial e abre a palavra para as manifestações dos conselheiros. A conselheira Maria Luiza questiona como foi recebida a segunda carta e o presidente responde o documento enviado foi direcionado aos atuais conselheiros do segmento docentes: Ailson Teixeira Marins, Fábio Alexandre Caravieri Modesto e Vânia Gomes. A conselheira Vânia Gomes pede a palavra e inicia sua fala esclarecendo que, em relação ao pedido apresentado na carta dos docentes, o mesmo pode ser encaminhado a qualquer momento, mas que não é competência do CONCAM deliberar sobre o fechamento de turmas. Vânia enfatiza que, ao falar sobre o fechamento de uma turma, estamos tratando da redução de vagas, o que configura uma alteração do projeto pedagógico, um processo regulado pela Resolução nº 10, de 2020. A conselheira lembra que essa resolução já foi aplicada anteriormente, inclusive para a aprovação dos cursos, e que, portanto, qualquer alteração do projeto pedagógico deve seguir os trâmites estabelecidos. Vânia argumenta, ainda, que, além da questão da revisão do PDI, não seria possível atender a esse pedido neste momento em função da Resolução nº 10, de 2020. Ela explica que, para efetuar a redução de vagas, é necessário que a CEIC - Comissão para Elaboração e Implementação de Projeto Pedagógico da área de Informática para a Internet se reúna, refaça o projeto pedagógico e formalize a redução de vagas, conforme exigido pela resolução. A conselheira também recorda que, salvo engano, a Resolução nº 10, de 2020 estabelece que alterações no projeto pedagógico só podem ser feitas após a conclusão da primeira turma, o que representaria um outro obstáculo para a implementação do fechamento de turmas no momento. Vânia segue sua fala, mencionando que considerando que as solicitações presentes nas duas cartas estão relacionadas aos cursos de Médio Integrado, sugere que a cópia de ambas seja encaminhada à CEIC para análise. E que quando a nova comissão de PDI for formada, está também seja incluída no processo para abrir a discussão de forma mais ampla. A conselheira discorre também que essa é uma questão mais complexa do que pode parecer à primeira vista, uma vez que ao discutir a redução de turmas, seria válido também retomar a discussão sobre a oferta do período integral para os cursos, dado que a experiência com os cursos de meio período revelou impactos negativos na aprendizagem dos alunos, no desenvolvimento dos cursos e na utilização dos equipamentos do Campus. Vânia argumenta que, ao organizar as turmas em meio período, os alunos chegam correndo às 13h20, por exemplo, e saem antes das 18h40, o que limita o tempo disponível para atividades acadêmicas e para o uso do espaço e dos recursos da instituição. Ela também observa que, embora o ambiente tenha sido ampliado e se tornado mais confortável, o tempo reduzido dos alunos no campus resultou em uma menor utilização desses recursos. A conselheira menciona então que esta é uma contradição que cabe ao PDI discutir e conclui que do ponto de vista legal, não é possível atender imediatamente ao pedido de fechamento de turmas, através do CONCAM, pois é preciso seguir o devido processo legal que envolve a proposta de alteração do PPC (Projeto Pedagógico do Curso) sendo analisada conforme os requisitos estabelecidos pela resolução. Vania então encerra sua fala e o presidente passa a palavra para o Conselheiro Fábio Alexandre Caravieri Modesto. O Conselheiro manifestou-se, reconhecendo a contribuição da professora Vânia ao trazer as diretrizes da legislação aplicável e observa que o cenário atual difere daquele elaborado com base na Resolução 983, mas que sob sua perspectiva, a discussão não se enquadraria como responsabilidade do CONCAM. o conselheiro encerra sua fala indicando que em concordância com a posição da conselheira Vânia, que dentro do seu devido processo a matéria deve ser encaminhada para discussão no âmbito do PDI. Na sequência o Conselheiro Rodrigo Lucas de Oliveira pede a palavra e inicia manifestando surpresa, enquanto membro da Comunidade Externa, ao pedido de fechamento de curso. O conselheiro destaca que, por não vivenciar a realidade interna do Instituto Federal, desconhecia os motivos que fundamentam essa solicitação e ressalta que em sua posição como cidadão e conselheiro externo, lamenta a possibilidade de redução ou extinção do curso de informática, especialmente considerando o impacto positivo do IFSP na cidade com a oferta desse e demais cursos da instituição. Rodrigo segue com a sugestão de que, visto que o conselho não tem competência para deliberar sobre o pedido, a questão seja encaminhada ao PDI, solicitando também que a comissão do PDI mantenha o Conselho de Campus (CONCAN) informado sobre o andamento das discussões sobre o tema. O conselheiro também reforçou a importância de abrir e expandir oportunidades educacionais, salientando que, caso a redução do curso se concretize, possivelmente haveria uma mobilização da comunidade em apoio à expansão educacional. Ele concluiu reiterando a parceria entre a prefeitura e o Instituto, mencionando sua experiência com a ETEC na cidade, onde novas turmas têm sido abertas. O conselheiro encerra sua fala indicando que em sua visão, o compromisso do poder público e da sociedade é promover a ampliação das ofertas educacionais, e não o fechamento. Após a fala do conselheiro Rodrigo, a conselheira Vânia pediu a palavra para complementar as colocações, ressaltando a importância da questão de competência. Vânia afirmou que, embora o CONCAM tenha um representante da comunidade, ele não prevê a realização de consultas públicas enquanto que o PDI, já em sua estrutura, prevê a realização de audiências públicas. Assim, caso tenha que decidir sobre a diminuição de vagas, fechamento ou abertura de cursos, ele convocará uma audiência para que a comunidade possa opinar. A conselheira reforçou que a competência para essa decisão cabe ao PDI e que, ao tomar para si algo que não é de sua alçada, o CONCAM estaria, primeiro, extrapolando suas funções e, segundo, usurpando o direito da

comunidade de participar da decisão. Vânia exemplificou que, caso no estudo realizado pelo PDI fosse decidido pelo fechamento de turmas, a comunidade poderia questionar, buscar compreender a situação e escolher o que considera melhor, enfatizando que essa participação é fundamental, pois a escola é pública e deve ser democrática, permitindo que a comunidade manifeste sua opinião. Por fim, a conselheira elogiou a fala do conselheiro Rodrigo e destacou que a segunda carta também faz essa solicitação de que a questão seja encaminhada ao PDI, justamente para que esse processo siga a direção adequada. Encerrada a fala. A palavra é passada ao conselheiro Ailson Teixeira Marins, que iniciou sua fala indicando que a insatisfação de alguns docentes quanto ao número de aulas teve início durante o período de greve. O conselheiro destaca que o número de professores que assinou a primeira carta é baixo e não representa significativamente o conjunto de docentes do campus e que do ponto de vista democrático, a proposta nem deveria avançar. Ailson discorre que no desenvolvimento do PDI vigente, foi colocada a opção de abertura de um curso de informática ou um curso na área de tecnologia, e que a o compromisso de abertura de mais um curso de informática foi uma decisão tomada mediante votação do corpo docente, o que lhe causou estranhamento quanto ao atual pedido de fechamento do curso da mesma área, especialmente em um cenário de crescimento econômico e com as indústrias demandando mão de obra qualificada. O conselheiro prossegue ponderando que há cursos no campus com turmas pequenas, de cerca de 10 alunos, e nem por isso se discute encerrá-los. Ele manifestou concordância com o conselheiro Rodrigo, enfatizando que o fechamento de cursos não é uma opção. Ao invés disso, o objetivo deve ser sempre expandir, e, caso surjam problemas, é necessário buscar melhorias, especialmente considerando que a proximidade de período eleitoral pode trazer incertezas em relação a futuras lideranças, o que exige luta constante por melhores condições de trabalho e infraestrutura. O conselheiro indica que para justificar esse tipo de demanda, é preciso demonstrar um número expressivo de alunos atendidos, pontuando que, ao solicitar verbas e recursos para o campus, a quantidade de alunos impactados se torna um argumento essencial e por isso o objetivo, deve ser o aumento e não a redução de estudantes e o pensamento deve ser no coletivo e não apenas no individual. O conselheiro prosseguiu destacando que é necessário considerar o contexto da cidade, que atualmente atinge cerca de 150 mil habitantes e apresenta uma crescente demanda por escolas, formação e educação de qualidade. Ressaltou que, diante desse quadro e da capacidade docente da instituição, não há justificativa para o fechamento de turmas. Comentou ainda que a revisão do PDI, prevista para o próximo ano, será o momento adequado para essa discussão, mas manifestou sua descrença de que um grupo significativo de docentes apoie o fechamento do curso, considerando que essa oferta foi amplamente discutida, com oportunidade para que qualquer objeção fosse apresentada naquele momento. O conselheiro também observou que o curso ainda é recente, com menos de dois anos, e sequer entrou plenamente em regime, tornando precipitada qualquer proposta de fechamento. Ailson ressaltou que é importante que todos tenham voz, mas não implica necessariamente que todas as solicitações serão atendidas. Ao concluir sua fala, o conselheiro reforçou sua defesa do curso de informática, destacando a importância de buscar a expansão da oferta educacional. Mencionou que, como instituto, ainda há muito a ser feito pela comunidade saltense, indicando que dentro do modelo de 90 professores, seria viável a abertura de mais duas ou três turmas, reforçando a necessidade de trabalhar para aumentar o número de docentes e não para diminuir a oferta de cursos. Ele também alertou sobre os riscos de conflitos entre grupos de professores, sugerindo que o diálogo construtivo é essencial para o bom andamento das decisões e pontua que em ocasiões anteriores, o fechamento de cursos foi prejudicial à instituição, citando o caso do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS), que foi reaberto, o que considera positivo, mas apontou que, ao invés de fechá-lo, poderia ter sido realizado estudos adequados para evitar essa situação. Ailson, então, solicitou reflexão por parte dos autores da carta, questionando que tipo de instituição desejam e qual o futuro que almejam para o campus. Embora tenha reconhecido que o espaço do conselho não é o mais adequado para todas as discussões, ele afirmou que é um ambiente onde a defesa do curso pode e deve ser feita, visto que ali se tem voz e espaço para isso. Ailson encerrou sua fala para informar que o professor Amauri, redator da Carta 2, gostaria de fazer uma breve fala, e que, sugere que a presidência conduza a votação para abrir a palavra ao convidado. O presidente retomou a palavra complementando os argumentos apresentados anteriormente. Ele destacou que, com as 80 vagas atualmente ofertadas no curso técnico de Informática, a concorrência foi de 4,5 candidatos por vaga, e, caso houvesse uma redução para 40 vagas, a concorrência subiria para 9 candidatos por vaga, reforçando a existência de demanda. Ele também citou um exemplo de outro campus do Instituto Federal, o IF Inconfidentes, localizado no sul de Minas Gerais, que atualmente conta com 102 professores, oferta 11 cursos técnicos integrados e está pleiteando uma ampliação para um modelo superior, com o objetivo de abrir ainda mais cursos técnicos integrados. Edilson destacou que o contexto apresentado no caso do IF Inconfidentes vai ao encontro do que o governo tem pensado e incentivado para os Institutos Federais, enquanto a proposta apresentada na carta número 1 parece ir na contramão dessa perspectiva. Após sua fala, o presidente passou a palavra para que conselheira Maria Luiza contribuíssem com suas considerações. A conselheira iniciou sua fala contextualizando sua posição como integrante da primeira turma do curso técnico integrado e destacou que, ao se inscreverem no processo seletivo, muitos estudantes acreditavam que o curso seria integral, o que gerou surpresa ao descobrirem que não seria. Apesar disso, considerou um grande ganho para a instituição a abertura de mais uma turma, possibilitando o atendimento a um número maior de estudantes e promovendo a democratização do acesso à educação de qualidade proporcionada pelo Instituto Federal. Maria Luiza também apresentou algumas das queixas frequentes dos estudantes, obtidas por meio dos representantes de sala e demais espaços de escuta

estudantil. Uma delas é a dificuldade de conciliar o horário do curso, realizado no período da tarde, com possíveis compromissos de trabalho; Outra queixa recorrente, segundo a conselheira, está relacionada à falta de oportunidade para os estudantes permanecerem mais tempo na escola, que, apesar de ser um campus novo e mais acolhedor do que o antigo, acaba sendo pouco utilizado pelos alunos devido à limitação de horários e à ausência de atividades no contraturno, reforçando a necessidade de se pensar em alternativas para ampliar a permanência dos alunos no ambiente escolar. Maria Luiza também aponta que outro ponto levantado pelos estudantes foi a redução do tempo de aulas, já que o curso, agora com dois anos, exige que professores corram com o conteúdo, o que causa preocupação nos alunos quanto à preparação para vestibulares, especialmente quando comparados a estudantes de escolas particulares ou egressos de outros cursos do Instituto Federal. A conselheira prossegue a fala, sugerindo que as questões de fechamento, bem como as levantadas, fossem levadas a instâncias competentes, como o PDI e a CEIC, órgãos responsáveis pela formulação de cursos e currículos, para que se pense em alternativas que garantam tanto a expansão das oportunidades para novos ingressantes quanto a qualidade da experiência dos alunos atuais, apontando também que a sobrecarga dos docentes é um fator relevante a ser considerado. Segundo a conselheira, essa sobrecarga de trabalho tem comprometido a capacidade de os professores desenvolverem projetos de pesquisa e extensão com a qualidade desejada, principalmente por serem responsáveis também por disciplinas em cursos superiores ou concomitantes. A conselheira sugeriu a busca por soluções criativas para mitigar esses desafios, ilustrando como exemplo a integração de turmas em disciplinas de currículo semelhante, utilizando espaços maiores ou horários combinados. A conselheira concluiu sua fala ressaltando três pontos principais: a necessidade de ajustes no currículo e na experiência dos estudantes, visando maior qualidade no conteúdo; a importância de encontrar formas de ampliar a presença dos alunos na instituição; e a busca por soluções que aliviem a sobrecarga dos servidores, sem que isso implique o fechamento de turmas ou a redução de oportunidades para a comunidade. O Presidente Edilson retoma a palavra e pondera sobre a sobrecarga de trabalho, explicando que a carga horária média do campus é de 14 horas semanais, e que as reclamações de sobrecarga são pontuais, não gerais. Ele destaca que é necessário tratar esses desequilíbrios de forma específica e que o PDI é o meio adequado para isso. Edilson esclarece que o PDI é formado por uma comissão central da reitoria, que define as diretrizes para as comissões locais, e que o processo será iniciado no próximo ano. Ele também concorda que o formato integral do curso deve ser estudado para proporcionar mais tempo aos alunos na escola. Na sequência o presidente passa a palavra para o Conselheiro Márcio Maranhão. O Conselheiro aponta que no documento aprovado na revisão do PDI 2019-2023, está previsto que a portaria 983 será mantida. No entanto, o documento também especifica que, caso a portaria supracitada seja revogada, o debate sobre o assunto será reaberto no campus. Nesse caso, o fórum adequado para a discussão não é este, mas sim o PDI. Márcio concorda com as falas anteriores sobre o papel social da escola e a importância de não fechar cursos e finaliza dizendo que, embora as solicitações feitas por meio de cartas abertas sejam importantes e mereçam atenção, o encaminhamento deve ser formalizado ao PDI, conforme está claramente indicado no documento aprovado. O Presidente, então, abriu a palavra para os demais conselheiros se manifestarem, mas não houve mais manifestações. Em seguida, o Presidente concedeu a palavra ao Professor Amauri Amorim, e nenhum conselheiro se opôs. O Professor iniciou sua fala destacando que, em sua visão, o tema da extinção da segunda turma de informática estava sendo discutido em espaços inadequados. Mencionou que, durante uma reunião geral com os docentes e servidores, um docente propôs a extinção da turma, e no conselho de classe de ensino médio um docente também trouxe o assunto à tona, embora estes não fossem item de pauta nem o ambiente adequado para tal discussão. Amauri ressaltou que essa situação se tornou mais evidente com o envio de uma carta aberta, mas não soubera se ela foi encaminhada a todos os servidores, o que causou estranheza, pois, segundo ele, existe um espaço institucional adequado para esse tipo de discussão. Em seguida, Amauri questionou o que é realmente democrático, afirmando que não se trata apenas de liberdade de expressão, mas do respeito aos espaços institucionais. Reforçou que as decisões na escola devem ser feitas de forma democrática, paritária, e que o PDI é o espaço adequado para discutir mudanças, pois é lá que a comunidade, representada por todos, decide os rumos da instituição. Ele ressaltou que a discussão não pode ser baseada em preferências pessoais, mas sim em uma análise do que é melhor para a escola como um todo. Concluiu que sua carta teve como objetivo destacar a importância de respeitar os processos institucionais, como o PDI, para garantir que as decisões sejam tomadas de forma democrática e organizada. Finalizada a fala do Professor Amauri, o Presidente abriu a palavra para novas manifestações, mas não houve mais intervenções. Ele então informou que o tema discutido será encaminhado ao PDI, e que as cartas também serão enviadas formalmente às CEICs dos cursos para garantir o pleno conhecimento de todos, embora já tenham sido enviadas aos professores. O Presidente esclareceu que, enquanto direção, tomará essas duas providências, aguardando a formação da comissão do PDI, que ainda não está ativa. Em seguida, ele encerrou o expediente e deu início aos informes. **III. INFORMES.** 1) *Alteração de Calendário 2024:* o presidente comunica a alteração das datas dos sábados letivos: no dia 16/11, não haverá atividades letivas; no dia 23/11, será um sábado letivo, com aulas que estavam programadas para o dia 16; e no dia 30/11, haverá um sábado letivo com as seguintes atividades festivas: pré-inauguração do Ginásio Poliesportivo, que ocorrerá sem a presença de autoridades, a comemoração do aniversário de 10 anos do Colore Afro e a reativação do Núcleo Diversitas. 2) *inauguração oficial do Ginásio Poliesportivo:* Edilson informa que a inauguração oficial do Ginásio Poliesportivo será realizada no dia 11/12, às 10h, no campus Salto. As deputadas Sâmia Bonfim e Erika Hilton foram convidadas para participar dos eventos nos dias 30/11 e 11/12, com a possibilidade de confirmarem

a melhor data para sua presença. Até o momento, nenhuma das convidadas recusou os convites. 3) *Emendas Parlamentares não liberadas*: O presidente informa que os recursos recebidos via emenda parlamentar continuam bloqueados. Aguardando acordo entre Supremo Tribunal Federal e Congresso. Informou que uma parte das emendas já foi destinada para a obra e ressaltou que essa questão continua sendo uma luta, pois há projetos prontos, incluindo um de R\$ 800 mil para a aquisição de equipamentos de laboratório, que está aguardando a liberação da emenda. 4) *Semana Nacional EPT e Visita aos Deputados*: Edilson explicou que a reitoria convidou os diretores a participarem de um colégio de dirigentes em Brasília, aproveitando a semana dedicada à educação profissional e tecnológica. Durante a visita, os diretores terão a oportunidade de se reunir com os gabinetes dos deputados para articular novas emendas e também buscar apoio na liberação das emendas bloqueadas deste ano. A visita ocorrerá nos dias 26, 27 e 28 de novembro, onde a direção do *Campus Salto* já confirmou sua presença. Encerrados os informes do presidente, o Conselheiro Ailson destacou e parabenizou a participação da equipe Taperá de AeroDesign, que alcançou o 7º lugar no SAE Brasil AeroDesign, evento anual realizado no Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), em São José dos Campos. Não houve mais manifestações. O presidente agradece a presença de todos e encerra a reunião às quinze horas e trinta e sete minutos. E, para constar, eu, Marília Martins de Almeida, lavrei a presente ata, que depois de aprovada, será assinada por mim, pelo presidente e conselheiros presentes.

Edilson Aparecido Bueno (*Presidente*)
(assinado eletronicamente)

Marília Martins de Almeida (*Secretária*)
(assinado eletronicamente)

Ailson Teixeira Marins
(assinado eletronicamente)

Fábio Alexandre Caravieri Modesto
(assinado eletronicamente)

Márcio Fernandes Maranhão
(assinado eletronicamente)

Maria Luiza Caparuzzi dos Santos
(assinado eletronicamente)

Rodrigo Lucas de Oliveira
(assinado eletronicamente)

Solange Floriano Penteadó Costa
(assinado eletronicamente)

Vânia Gomes
(assinado eletronicamente)

Amauri Amorim

Membro convidado e interessado na pauta manifestada: Cartas Abertas enviadas ao Conselho.
(assinado eletronicamente)

Salto, {{ documento_data_emissao_por_extenso }}

Documento assinado eletronicamente por:

- **Marília Martins de Almeida**, COORDENADOR(A) - FG2 - CDI-SLT, em 18/11/2024 11:59:56.
- **Rodrigo Lucas de Oliveira**, 32506543880 - Pessoa Externa, em 18/11/2024 12:24:14.
- **Edilson Aparecido Bueno**, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DRG/SLT, em 18/11/2024 12:43:14.
- **Vania Gomes**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 18/11/2024 13:35:51.
- **Ailson Teixeira Marins**, COORDENADOR(A) - FUC1 - TAI-SLT, em 18/11/2024 13:59:22.
- **Solange Floriano Penteado Costa**, COORDENADOR(A) - FG1 - CRA-SLT, em 18/11/2024 14:01:33.
- **Marcio Fernandes Maranhão**, SL3005062 - Discente, em 18/11/2024 22:01:38.
- **Fabio Alexandre Caravieri Modesto**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 19/11/2024 06:53:46.
- **Amauri Amorim**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 19/11/2024 12:48:42.
- **MARIA LUIZA CARPANEZI DOS SANTOS**, SL3031969 - Discente, em 21/11/2024 11:48:43.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 13/11/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsp.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 842709

Código de Autenticação: f90e12a908



ATA N.º 2/2024 - DRG/SLT/IFSP